

Cortes causam irritação na Comissão do Orçamento

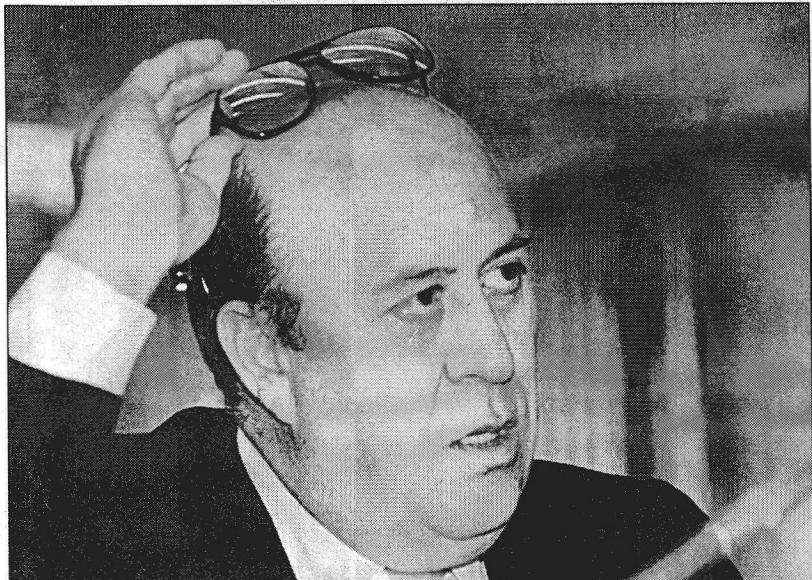
Parlamentares foram os últimos a saber das medidas

Geraldo Magela

A DECISÃO do Governo de planejar o pacote econômico sem consultar previamente o Congresso e sem depender dos parlamentares para colocá-lo em prática - há apenas dois projetos de lei entre as 51 medidas - provocou desentendimentos entre a Comissão Mista de Orçamento e a equipe econômica. "Nós merecemos ou não merecemos respeito?", reclamou o presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Ele e o relator-geral do projeto do Orçamento da União para 1998, deputado Aracely de Paula (PFL-MG), passaram a segunda-feira tentando, sem sucesso, obter informações da área econômica sobre os cortes de gastos programados pelo ajuste fiscal para 98.

Ontem Suassuna conseguiu finalmente falar por telefone com o ministro do Planejamento, Antônio Kandir. "Nenhum parlamentar gosta de saber das coisas pela imprensa", disse ele a Kandir. O ministro, então, convidou Suassuna e Aracely para irem a seu gabinete. Os parlamentares pretendiam saber sobre quais programas recairão os cortes de R\$ 2,2 bilhões - 15% em atividades de custeio e 6% em projetos - anunciados pela equipe econômica. Antes de seguir para o Planejamento, Suassuna e Aracely coordenaram uma reunião da comissão a portas fechadas, na qual o clima foi de rebelião.

"Já que o Governo só faz discurso e não nos informa nada, vamos manter nosso calendário e votar o Orçamento como está", propôs Suassuna, com o apoio dos



Senador Suassuna: "Nós merecemos ou não merecemos respeito?"

demais integrantes da comissão. Naquele momento, a informação que circulava na comissão era que o Governo estava interessado em atrasar a votação para fazer correções no projeto do Orçamento de 98.

Relatório final - Legalmente, o Executivo não pode encaminhar uma nova proposta de lei orçamentária: o único meio seria negociar as mudanças com o relator-geral. As alterações de interesse do Governo passariam a fazer parte do relatório final, que terá de ser aprovado em sessão conjunta da Câmara e Senado.

Mas o vice-líder do Governo no Congresso, deputado Arnaldo Madeira (PS-DB-SP), também integrante da Comissão de Orçamento, informou que as mudan-

ças poderiam ser feitas sem problemas pelo Planejamento, depois da aprovação do Orçamento de 98 no Congresso. Na avaliação dos líderes governistas, os cortes podem ser executados por decreto, sem necessidade de aval dos parlamentares. Mas a comissão quer que os cortes sejam submetidos ao Legislativo.

"Mudar, eles podem mudar de qualquer jeito, porque o Orçamento votado por nós é apenas autoritativo", resignou-se Suassuna. "Mas nós merecemos respeito", insistiu. "O que fica claro neste pacote todo é que o Governo ignorou o Congresso", avaliou o deputado Paulo Bernardo (PT-PR), membro da comissão.